

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 4.483, DE 2020

Altera os artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

**Autores:** Deputados PAULO GANIME E OUTROS

**Relator:** Deputado GILSON MARQUES

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Paulo Ganime e outros, tem por objetivo aperfeiçoar os mecanismos de garantia dos resultados das ações de improbidade administrativa.

Os autores sustentam que “em regra, os agentes ímprobos são audazes e absolutamente perspicazes em ocultar e dilapidar seus patrimônios”, de modo que “raramente é encontrado algum bem em nome do agente sujeito a processo de apuração de ato de improbidade administrativa”.

Diante desse quadro, defendem que, nos casos em que não houver bens suficientes para assegurar a efetividade da ação de improbidade, seja efetuado descontos na remuneração dos réus.

Para os autores, é paradoxal que a Administração Pública não possa descontar, cautelarmente e mediante autorização judicial, um pequeno percentual da remuneração do agente público, com o fim de ressarcimento aos cofres públicos nos casos de condenação. Evidentemente, nos casos de absolvição, os valores seriam devolvidos ao agente público.



A proposição tramita sob o regime ordinário ((RICD; art. 151, III) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões (RICD; art. 24, II).

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, também quanto ao mérito, a teor dos art. 32, inciso IV, alíneas 'a' e 'e', e art. 54, inciso I, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Iniciando o exame da proposição pelos aspectos formais, relativos à competência, à iniciativa legislativa e a adequação da espécie normativa, julgamos a proposição isenta de vícios, tendo em vista que compete à União legislar sobre direito civil e processual civil (CF/88; art. 22, I), que não há reserva de iniciativa relacionada à matéria, e que a norma que se pretende alterar é lei ordinária.

Antes de proceder à análise da constitucionalidade material e do mérito do projeto, entendemos necessária uma breve contextualização acerca do objeto da proposição.

É de conhecimento público que recentemente foi promulgada a Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, que, pelo volume de mudanças promovidas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 2021), passou a ser chamada informalmente de Nova Lei de Improbidade Administrativa.

Em que pese ter havido alguns avanços nas modificações legislativas efetuadas na lei de improbidade, em especial no que diz respeito àquelas relacionadas ao direito sancionador, é forçoso reconhecer que não há demandas da sociedade voltadas a qualquer tipo de mitigação das normas de combate à prática de atos de improbidade, em especial daquelas que



asseguram a reparação de prejuízos causados ao erário. Pelo contrário, observa-se cada vez mais forte na sociedade o sentimento de exigir dos agentes públicos uma atuação íntegra e honesta.

Em relação à proposição em exame, importa registrar que sua apresentação se deu em 2020, antes, portanto, da aprovação da nova lei de improbidade. O objetivo do projeto é aperfeiçoar os instrumentos jurídicos para garantir um resultado útil do processo. Em síntese, no caso de condenação, é fundamental que haja bens suficientes no patrimônio dos responsáveis para garantir a reparação dos danos ao erário e o cumprimento de eventuais sanções.

Em termos objetivos, a proposição versa sobre a decisão judicial relativa à indisponibilidade de bens do acusado da prática de atos ímprobos, e na hipótese da inexistência de bens, da possibilidade do desconto de até trinta por cento da remuneração do agente público.

A indisponibilidade se destina a evitar a alienação de bens para resguardar eventual ressarcimento ao erário. Como dito pelos autores da proposição, os agentes ímprobos, em regra, são audazes e perspicazes em ocultar e dilapidar seus patrimônios. O Estado, portanto, precisa dispor dos instrumentos jurídicos adequados para evitar as manobras que acabam por inviabilizar o devido ressarcimento.

O PL 4.483/2020 prevê que:

- 1) A indisponibilidade deve recair sobre bens que assegurem o ressarcimento integral do dano e o pagamento de possível multa civil como sanção autônoma, podendo, inclusive, alcançar bens adquiridos antes da prática do suposto ato;
- 2) Deve ser presumido o perigo de dano irreparável, prescindindo, portanto, da devida comprovação dessa circunstância;
- 3) Diante da insuficiência de bens, o juiz poderá autorizar o desconto administrativo mensal de até 30% (trinta por cento) da remuneração do agente público, até que seja alcançado o valor do dano sofrido pelo Poder Público; se o



agente for condenado, os valores serão transferidos ao erário; se absolvido, ser-lhe-ão restituídos.

Feita essa contextualização, passamos ao exame da constitucionalidade material e juridicidade da matéria.

Em relação à constitucionalidade material do PL nº 4.483/2020, importa registrar que não há qualquer vício que possa obstar a apreciação da proposição. Pelo contrário, a Constituição Federal será homenageada com a sua aprovação.

Inconstitucionalidade haveria se a legislação ordinária não disponibilizasse os meios jurídicos necessários para assegurar um resultado útil às ações de improbidade ou o fizesse de modo inefetivo.

Em relação ao texto legislativo propriamente dito será necessário adaptar o conteúdo das disposições da proposição (que havia sido redigida para alterar a Lei nº 8.429/1992 em sua forma vigente em 2020), ao texto atualizado com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Para tanto, ofereceremos uma emenda substitutiva.

O texto atual da Lei de Improbidade Administrativa (alterado pela Lei nº 14.230/2021) disciplinou detalhadamente, no art. 16, o instrumento da indisponibilidade de bens. No § 10 desse artigo, foram excluídos do alcance da indisponibilidade de bens os valores relativos à multa civil.

Reiteramos que o objetivo original da proposição era justamente incorporar na lei o entendimento jurisprudencial no sentido de que a indisponibilidade recaia sobre a multa civil. Dessa forma, será necessário promover o ajuste no § 10 do art. 16 para admitir essa possibilidade no escopo das medidas de indisponibilidade de bens.

Com efeito, não há justificativa socialmente aceitável em se privar o Estado da garantia do recebimento de valores correspondentes à multa civil, além da reparação integral do dano.

Considerando que o ressarcimento dos prejuízos não configura uma sanção propriamente dita, a não garantia do recebimento da multa civil poderia levar ao esvaziamento da punição aplicada pela prática do ato



ímprobo. Até poder-se-ia falar, nesse contexto, da ocorrência de um risco moral.

Também acrescentamos ao artigo 16 a regra que autoriza o juiz, na hipótese de inexistência de bens, a determinar o desconto mensal da remuneração do agente público até o limite de 30% (trinta por cento) para garantir o reparo aos cofres públicos em caso de condenação.

Por fim, deve o substitutivo dispensar a demonstração do dano ou do perigo de dano para que haja o deferimento da medida judicial de indisponibilidade dos bens. No caso da improbidade, tais circunstâncias devem ser presumidas.

Em resumo, cabe registrar que as medidas ora propostas são de natureza processual (não material) e visam tão-somente a garantir o eventual ressarcimento do dano, além das multas aplicadas nas ações de improbidade.

Em conclusão, temos que a proposição é formal e materialmente constitucional, além de jurídica. É preciso, contudo, dizer mais: a proposição prestigia a vontade constitucional ao assegurar efetividade às ações que buscam a reparação do dano causado ao Estado.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto de Lei nº 4.483, de 2020, nos termos do substitutivo ora ofertado.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2021.

Deputado GILSON MARQUES  
Relator

2021-18764



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212416538400>



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.483, DE 2020

Altera dispositivos do artigo 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o instituto da indisponibilidade de bens a fim de garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as regras relativas à indisponibilidade de bens nas ações de improbidade administrativa, determinando que alcance os bens do patrimônio do réu para garantir o ressarcimento integral do dano e o pagamento de multa civil eventualmente aplicada como sanção autônoma; estabelece, ainda, que diante da insuficiência de bens, o juiz poderá autorizar o desconto da remuneração mensal do agente público em até 30% (trinta por cento) até o valor a ser repassado ao erário.

Art. 2º O art. 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passará a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito, podendo, inclusive, alcançar valores correspondentes à aplicação de multa civil e bens adquiridos anteriormente à suposta prática do ato.*

.....

*§ 3º O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o caput deste artigo será deferido independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil ao processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em cinco dias.*



*§ 4º A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar.*

.....

*§ 8º Aplica-se à indisponibilidade de bens regida por esta Lei, no que for cabível, as regras do Código de Processo Civil.*

.....

*§ 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário, a restituição do acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito, bem como o pagamento de eventual multa civil aplicada como sanção autônoma.*

*§ 10-A. Diante da insuficiência de bens, o juiz poderá autorizar o desconto administrativo mensal de até 30% (trinta por cento) da remuneração do agente público, até o valor do enriquecimento ilícito auferido ou do prejuízo sofrido pela Administração Pública, devendo o produto ser depositado em juízo e convertido em renda ao ente público envolvido caso o agente seja, ao final, condenado, ou a ele restituído, se absolvido das imputações.*

.....(NR)”

Art. 3º Fica revogado o § 13 do art. 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2021.

Deputado GILSON MARQUES  
Relator

2021-18764



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Gilson Marques  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212416538400>

